

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

FACULDADE DE DIREITO

DIREITO PROCESSUAL PENAL I - SEGUNDA PROVA 2017

PROF. Alcindo Roque

Aluna (o) _____ matrícula n.º _____ nota: 8,00

Orientações:

- a prova é composta de 10 questões de igual peso
- não se admite a utilização de legislação anotada ou comentada
- o tempo de duração da prova é de 50min.
- a resposta que tiver rasura será considerada errada
- a interpretação é inerente a avaliação.

Questionário.

1 - Assinale a alternativa correta.

A - a jurisdição penal não difere da jurisdição civil a medida em que ambas se destinam a aplicação da lei material, pelo simples fato de que as pessoas em conflito não conseguiram chegar a uma solução consensual e direta. F

B - a tutela das liberdades é uma das principais funções e sentido das garantias processuais, notadamente no campo da jurisdição penal, a medida em que é defeso ao particular impor qualquer sanção penal, tarefa exclusiva do poder judiciário.

C - a indelegabilidade está diretamente relacionada com o princípio da inevitabilidade da jurisdição. F

D - a insubstitutividade aponta a função primária de aplicação da lei material, o que é feito pelas partes e diretamente ante a própria existência de um conflito penal.

2 - Assinale a alternativa incorreta.

A - a exceção de suspeição deve ser reconhecida e apreciada, em primeiro plano, pelo juiz singular e somente depois de ser remetida ao Tribunal competente, na hipótese de o juiz recusar a arguição. ✓

B - a questão prejudicial homogênea deve ser julgada pelo juiz criminal. ✓

C - considerando o princípio da indelegabilidade da jurisdição, mas principalmente o fato de o perito judicial ser profissional da confiança do juízo e auxiliar deste, o afastamento e substituição do perito somente pode se dar por ato e decisão do juízo que o nomeou, independentemente da vontade ou postulação das partes do processo.

D – a incompetência absoluta não fica submetida, para fins de conhecimento e decisão, a provocação de uma das partes do processo.

3 – Assinale a alternativa incorreta.

a – a questão preliminar diz respeito a matéria essencialmente processual, enquanto que a questão prejudicial – mesmo repercutindo na tramitação e julgamento da ação penal – diz respeito a solução de questão que impede ou condiciona o próprio julgamento da causa penal.

b – a exceção da coisa julgada pode formar coisa julgada material e processual.

c – a suspeição não reconhecida pelo juízo singular não impede a tramitação da ação penal, ainda que o julgamento definitivo deva ser feita pela instância recursal superior.

D – a exceção de litispendência não tem a aptidão de fazer coisa julgada material, eis que repercute no prosseguimento do processo sobre uma mesma causa, em relação ao mesmo sujeito.

4 – Assinale a alternativa correta

A – o incidente de insanidade do agente não pode determinar a suspensão na tramitação da ação penal, uma vez reconhecido o princípio da celeridade, economia processual e efetividade do processo

B – a incompetência não argüida no primeiro momento que a parte falar no processo determinará sempre a prorrogação da competência, implicando em sanabilidade de qualquer vício processual sobre a matéria.

C – o conflito negativo de competência deve ser resolvido pelo juízo que recebeu o processo remetido pelo outro juízo que se julgou incompetente, podendo culminar pela devolução dos autos ao juízo remetente.

D – o conflito positivo de competência somente poderá ser solucionado por órgão recursal superior o Tribunal ao qual os juízes singulares estejam vinculados funcionalmente.

5 – Assinale a alternativa incorreta.

A – a existência de ação de anulação de casamento determina a suspensão do processo por crime de bigamia, pois se trata de questão prejudicial a medida em que interfere sobre a própria existência do crime.

B – a argüição de nulidade relativa deve ser feita, pelo réu, no mesmo prazo da resposta a acusação, ainda que na forma de incidente processual.

C – a incompetência absoluta não fica submetida aos efeitos da preclusão processual, já que implica na própria condição de validade dos atos e decisões processuais.

D – a suspensão da tramitação da ação penal é consequência direta e imediata da argüição da exceção de suspeição do juiz da causa.

Assinale V quando a afirmação estiver correta e F quando for falsa.

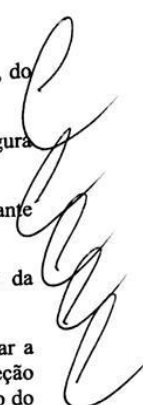
6 - (F) a legítima defesa e o estado de necessidade são figuras do direito penal, do direito material, que afastam a atuação jurisdição penal.

7 - (V) o impulso do processo é do interesse da parte, no entanto, se configura verdadeiro dever do juiz, não havendo como confundir com o princípio da inércia.

8 - (F) a competência para julgar crimes tributários sempre será da justiça federal, ante a especialidade e a peculiaridade da conduta e do crime.

9 - (V) o pedido de restituição de coisa apreendida e o reconhecimento da inimputabilidade penal podem ser tratados em incidentes processuais.

10 - (V) a exceção peremptória é aquela que tem por escopo e efeito determinar a extinção do processo, no caso de procedência da mesma. Enquanto que a exceção dilatória não visa extinguir o processo, mas o afastamento do juiz ou o deslocamento do juízo.



I